

MICHEL FOUCAULT E O USO FILOSÓFICO DA HISTÓRIA

Washington Luis Souza*

RESUMO

No trabalho de Foucault com a História, podemos identificar três eixos temáticos: um primeiro, referente a uma retomada da crítica nietzschiana à História; um segundo, diz respeito à formulação da noção de acontecimento, próximo, um pouco, do que fez Deleuze; e um terceiro, que problematiza a relação entre a prática filosófica e a prática histórica. Este artigo tem por objetivo pensar as diferentes vertentes por meio das quais o filósofo francês Michel Foucault utiliza a História em sua obra.

Palavras chave: História; ruptura; linearidade; Nietzsche.

Não seria tarefa fácil resumir em poucas palavras a preocupação teórica de Foucault, mas podemos afirmar que existe em seu trabalho uma tentativa permanente de dissipar as evidências por meio de um paciente interrogar que se dirige ao passado a fim de fazer a crítica do presente. Deleuze diz que essa interrogação não é alheia à História e que se inscreve no campo filosófico. Em “Topologia, pensar de outro modo”, afirma que:

“Foucault soube inventar, em relação com as novas concepções dos historiadores, uma forma especificamente filosófica de interrogar, nova e que dá um novo impulso à história”.¹

* Professor do curso de Filosofia da Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo. Doutorando em Filosofia pela PUC/SP. Mestre em Filosofia pela PUC/SP. Contato pelo *e-mail*: washington.luis@metodista.br.

¹ DELEUZE, Gilles. “FOUCAULT”, Ed. Paidós, p. 77.

Nosso propósito, aqui, é delimitar o caráter próprio desse modo novo e especificamente filosófico de interrogar do qual nos fala Deleuze.

O domínio de objetos a que se dirige esse interrogar está dado por aquilo que se apresenta com caráter de evidência, como sempre já apresentado. Foucault problematiza aquilo que nos aparece como estando enraizado e natural. E assim, nessa interrogação das evidências, nessa problematização do que se supõe familiar, ele delimitará uma nova tarefa para o intelectual. Diz ele:

O trabalho de um intelectual não é modelar a vontade política dos outros, é através das análises que ele faz nos domínios que são seus, reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a medida das regras e das instituições, e ao partir desta reproblemática (onde ele desempenha seu papel específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política (onde ele tem seu papel de cidadão a desempenhar).²

Esse modo de interrogar, que Foucault define como tarefa própria do intelectual, não visa então, transformar ou modificar consciências, não tem as vontades políticas como objeto, mas se dirige, isto sim, aos domínios de objetos que se apresentam ante-nós como sendo naturalmente dados.

Esse domínio de objetos evidentes é amplo e diverso, indo desde os hábitos enraizados até as instituições inquestionáveis, desde regras ancestralmente legitimadas até nossos modos de fazer e de pensar a respeito dos quais excepcionalmente nos perguntamos. Atravessa tanto o domínio do discursivo (regras, modos de dizer e de pensar) como do não-discursivo (as instituições, os hábitos, os modos de atuar).

Sem dúvida, mesmo quando Foucault procura romper com o prestígio das antigas razões, com a validade do óbvio, não o faz dirigindo seus interrogantes a qualquer perspectiva imediata. As análises foucaultianas (pequenas operações cirúrgicas no dizer de Rajchman) querem dissipar as evidências, traçando o processo de sua objetivação. Para isso, Foucault

² FOUCAULT, Michel. "LE SOUCI DE LA VERITE", Magazine Littéraire, n. 207 (mai./1984) p. 22.

parte da afirmação de que todos os objetos são produções e se coloca primariamente no lugar em que as práticas (discursivas ou não discursivas) engendram aqueles objetos que nos são dados como naturais e evidentes. Os fatos humanos nunca existem para Foucault por si mesmos, nada podem nem devem ser pensados como forçosamente necessários. Aquilo que parece com caráter de evidência é sempre o resultado “de um conjunto práticas discursivas e não discursivas que faz entrar alguma coisa no jogo do verdadeiro e do falso e que a constitui como objeto para o pensamento”.³

Assim, na “História da Loucura” trata-se de averiguar por meio de que aparelhos de conhecimento, e por intermédio de que práticas institucionais a loucura como doença foi objetivada, isto é, passou a fazer parte de determinado jogo do saber, de determinado regime de verdade e de falsidade, e se constitui como “objeto” para o pensamento a ponto de tornar-se evidente que a loucura seja uma enfermidade. Em “Vigiar e Punir”, trata-se também de determinar as práticas discursivas e não discursivas, as técnicas de poder e os regimes de saber em relação aos quais se constitui o objeto “prisão” como modo privilegiado de castigo e punição.

Além das objetivações e ainda dentro desse espaço do objetivamente dado, Foucault se interessa pela análise do que chama de “domínios de subjetivação”. Por processos de “subjetivação”, entende-se “os processos pelos quais um sujeito ou uma subjetividade é constituída”.⁴ Neste sentido, para Foucault, o sujeito mesmo é constituído, segundo ele, através de certo número de práticas anônimas, porém reflexivas, que podem ser isoladas e analisadas. É imperioso esclarecer que Foucault não se ocupa em determinar quais são aquelas coisas que afetam ou até modificam os sujeitos; tampouco lhe importa interrogar o modo pelo qual os sujeitos são afetados ou a maneira pela qual estes padecem de determinações externas. Mas se preocupa, sim, em analisar o modo pelo qual os sujeitos são histórica e materialmente constituídos.

Devemos saber apreciar com justeza a radicalidade deste momento da interrogação foucaultiana. Ele não quer tematizar e denunciar como e por que sinistra determinação uma natureza humana original foi cinzelada, reprimida e desviada por uma multidão de poderes obscuros. Ao contrário,

³ Ibidem, p. 18.

⁴ FOUCAULT, Michel. “O RETORNO DA MORAL” no dossiê organizado por C. H. ESCOBAR; Livraria Taurus Editora, Rio de Janeiro, 1984, p. 137 (cf. Les Nouvelles 29/05/1984).

o que ali se quer não é outra coisa senão mostrar como (no vazio de um nada de essência), certas configurações e jogos de poder se articularam para tecer esses artifícios que são os sujeitos.

Digamos então que, assim como Foucault procura traçar as histórias das objetivações pelas quais determinadas coisas começam a ser objeto para pensamento e passam a fazer parte do objetivamente dado, do mesmo modo, procura traçar a história de certo número de configurações profundas e anônimas pelas quais somos classificados, agrupados, dirigidos, constituídos, enfim, como sujeitos.

É interesse teórico de Foucault a análise das práticas em relação às quais somos constituídos como sujeitos. Neste sentido, nosso autor poderá afirmar que o que ele pretendeu foi “elaborar uma história dos distintos modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura”.⁵ Para isso, teve que analisar as modalidades de objetivação dos sujeitos, os diversos modos como o sujeito se converte em objeto para o pensamento e é tematizado ou problematizado. Desse modo, foi preciso verificar (em “As Palavras e as Coisas”) as formas de objetivação dos sujeitos através de discursos que se pretendem científicos. Foram analisados, assim, a objetivação do sujeito que se fala (operada pela gramática geral e pela linguística), a objetivação do sujeito produtivo (operado pela análise das riquezas e pela economia) e a objetivação do sujeito como ser vivo (operada pela história natural e pela biologia).

Assim, a fim de poder analisar os processos de objetivação e de subjetivação pelos quais determinadas coisas ou modos de agir se tornaram evidentes, Foucault interrogará as práticas concretas e materiais que os produziram.

Não se trata, em suma, de interrogar a imediatez do que nos é dado como natural e objetivo, tampouco se trata de repetir mais uma vez uma pergunta antropológica sobre o sujeito, mas sim, interrogar:

- a) as práticas discursivas que articulam o saber;
- b) as relações de força, estratégias e técnicas que articulam o exercício do poder.

⁵ FOUCAULT, Michel. “POUR QUOI ÉTUDIER LE POUVOIR: LA QUESTION DU SUJET”, editado por H. Dreyfus e P. Rabinow, com o apêndice de “Michel Foucault: Um Parcours Philosophique”, Ed. Gallimard, Paris, 1984, p. 297.

Foucault não dirigirá sua análise aos objetos que aparecem com o caráter de evidência, nem aos sujeitos enquanto substâncias, porque “o que foi feito, objeto, se explica pelo, que foi o fazer em cada momento da história”.⁶

Será preciso, então, “deslocar a vista dos objetos naturais para observar certa prática, muito antiga, que os objetivou”.⁷

OBJETIVAÇÕES HISTÓRICAS

Podemos dizer que o projeto teórico de Foucault é, em grande parte, devedor do kantismo. Esse projeto “preserva a tarefa kantiana de especificar os limites ou as fronteiras do pensamento objetivo possível”,⁸ ao mesmo tempo em que opera a respeito desta tarefa um importante deslocamento. É que Foucault pretendeu estabelecer os limites históricos, as fronteiras espaço-temporais, já não da objetividade em geral, mas sim das “objetivações históricas”, entendendo-se por “objetivação” o processo histórico de constituição daquilo que nos é dado como natural e necessário.

Esse domínio de objetos não se restringe ao espaço do discursivo, e excedendo, em consequência, uma análise em termos de episteme. Recordemos a definição que Foucault dá desses conceitos em “Arqueologia do Saber”. Diz ali que

“por episteme, se entende, de fato, o conjunto das relações que podem unir, numa certa época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas formalizados.(...) A episteme não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito de uma época, é o conjunto das relações que se podem descobrir numa época dada, entre as ciências quando se as analisa ao nível das regularidades discursivas”.⁹

⁶ VEYNE, Paul. “FOUCAULT REVULUCIONA LA HISTORIA”, Ed. Alianza, Madrid, 1984, p. 215.

⁷ Ibidem, p. 20.

⁸ RAJCHMAN, John. “FOUCAULT, A LIBERDADE DA FILOSOFIA”, J. Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1987 p. 89.

⁹ FOUCAULT, Michel. “L'ARCHÉOLOGIE DU SAVOIR”, Ed. Gallimard, Paris, 1969, p. 250.

Tratava-se, então, de estabelecer o *a priori* histórico dos discursos, aquilo que “constitui as condições de possibilidade destes”.¹⁰ Quando falamos aqui de objetivações históricas, pretendemos mostrar, em troca, um âmbito de análises que se refere ao mesmo tempo, ao espaço do discursivo e ao espaço do não discursivo, espaço este apenas indicado na “Arqueologia do Saber” mais que ao conceito arqueológico de episteme, referimo-nos à noção de “configurações de saber poder”, própria análise genealógica, na medida em que essa noção pode ser entendida como:

“um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões governamentais, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições morais, filantrópicas etc.”.¹¹

Referimo-nos tanto às formas de saber quanto aos jogos de poder que podem circunscrever-se como sendo o *a priori* histórico, a condição que possibilitou, num momento dado, a conversão de algo em objeto para o pensamento. Estas configurações de saber-poder que Foucault dá também o nome de “dispositivo”, “permitem separar não o verdadeiro do falso, mas sim inqualificável (cientificamente) do qualificável”.¹²

Tomemos um exemplo: A receita para assar um javali, que pôde ter acompanhado um tratado sobre animais de caça no século XVI, não poderia incluir-se hoje num texto de zoologia. E isto, não por sua falta de correção ou por falsidade, mas sim por sua absoluta falta de pertinência. A questão é como dar conta desta impertinência? Ou melhor: como dar conta do fato de que, no século XVI, os tratados sobre animais de caça incluíam enunciados culinários? Fica claro que hoje uma receita não pode ingressar no que constitui o jogo de verdade ou falsidade próprio das ciências naturais, tendo mudado o registro de objetividade que circunscreve aquilo sobre o qual é possível falar. Foucault poderia se perguntar, se interessasse pela

¹⁰ DOSSE, François. “HISTÓRIA DO ESTRUTURALISMO” v. 1: campo de signo, Ed. Ensaio, São Paulo, 1993, p. 178.

¹¹ CHAVES, Ernani. “FOUCAULT E A PSICANÁLISE”, Edit. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1988, p. 90.

¹² FOUCAULT, Michel. “ELE JEU DE M. FOUCAULT”, entrevista in ORNICAR, n. 10 (1977), p. 175.

história natural, pelas condições discursivas e não discursivas que tornaram possível que uma receita para assar javalis se incluísse num tratado “objetivo” sobre estes animais.

A análise foucaultiana excede o marco das ciências e dos saberes, na medida em que se interessa por esse espaço heterogêneo do discursivo e do não discursivo, dos enunciados e das instituições. Entende por “instituição” “tudo o que numa sociedade funciona como sistema de coação, sem ser enunciado, em resumo, todo o social não discursivo”.¹³

Procura traçar, enfim, a história destas configurações de saber-poder em função das quais certas ideias, técnicas, instituições, discursos ou comportamentos que emergem num momento histórico preciso. Estabelecer o conjunto de condições que possibilitaram a construção daquilo que se nos apresenta como o naturalmente dado.

Foucault coloca, então, um problema que nos lembra aquele que Kant formula em relação às condições de possibilidade dos objetos da experiência. Nos dois casos trata-se de dar conta daquilo que possibilitou a construção da nossa experiência. Ambos procuram as condições do objetivamente dado. Mas este problema adquire em Foucault a forma dupla de:

a) Sob que condições certas coisas que aparecem em nosso presente como evidentes foram objetivadas, e

b) Sob que modos de subjetivação somos constituídos como estes sujeitos que somos.

Deleuze diz que “essa busca de condições constitui uma espécie de neokantismo característico de Foucault”.¹⁴ Trata-se de um peculiar neokantismo que nega ao sujeito toda posição de privilégio, que afirma que este não é a condição do saber, mas que o saber referido ao sujeito é uma das tantas formas históricas através das quais se constituem os sujeitos.¹⁵ É possível afirmar, então; com Deleuze, que:

existem diferenças essenciais com Kant: as condições (pelas quais Foucault se interroga) “são as da experiência real e não as de toda experiência possível”, condições que estão do lado do ‘objeto’, do lado da formação histórica e não do lado de um sujeito universal.¹⁶

¹³ Ibidem, p. 176.

¹⁴ DELEUZE, Gilles. *op. cit.*, p. 88.

¹⁵ Cf. RAJCHMNA, John. *op. cit.*, p. 87.

¹⁶ DELEUZE, Gilles. *op. cit.*, p. 88.

O sujeito, privado de seu estatuto de fundamento, passa a ser objeto de uma interrogação filosófica pelos princípios históricos que o constituem.

É a esse respeito que J. Rajchman afirma que “Foucault inventa um novo método histórico de fazer filosofia kantiana (...)”.¹⁷ Esse método requer auxílio da análise histórica, na medida em que as condições de possibilidade que procura só se atualizam através de um conjunto de práticas (discursivas e não discursivas) históricas. Ocorre que as condições de possibilidade de experiência são determinações puras, são um conjunto mais ou menos coordenado de relações de força que se materializam em discursos e instituições históricas, que se atualizam em lutas plurais e pontuais. Podemos, então, afirmar com Deleuze que Foucault propõe uma “nova repartição do empírico e do transcendental”,¹⁸ caracterizando-se, o último, por um jogo de relações de força não imediata ou diretamente visível ou legível nas lutas ou formas concretas em que se encarna.

Foucault se vale da História como de um instrumento imprescindível à análise filosófica. Todavia, esta história da qual irá fazer um uso filosófico não será aquela que Nietzsche chamará de “história dos historiadores”, trata-se, isto sim, de se valer de uma análise histórica que tenha conseguido escapar das ataduras que impõem o subjetivismo e o realismo.

Analisemos, pois, a crítica que Foucault dirige a certa forma de história e caracterizemos esta nova história da qual o interrogar foucaultiano procura fazer uso filosófico.

FOUCAULT REVÊ A HISTÓRIA

Foucault empreende uma crítica filosófica à História como disciplina teórica. Uma análise sistemática dessa questão ocupa a introdução à “Arqueologia do Saber”, de modo não sistemático, essa análise percorrerá vários textos e entrevistas. Deter-nos-emos aqui, fundamentalmente em: “A Impossível Prisão” e “Nietzsche”, Genealogia e História.

A crítica à história tradicional se fundamenta, na “Arqueologia do Saber”, nas mudanças operadas em relação ao modo de analisar o material histórico. Essas mudanças se resumem em um fato: a revisão do valor dos documentos.

¹⁷ RAJCHMAN, John. *op. cit.*, p. 89.

¹⁸ DELEUZE, Gilles. “¿En qué se reconoce el estructuralismo?”. In “HISTORIA DE LA FILOSOFIA” (dirigida por F. CHATELET), trad. de C. Galvez – Espasa-Calpe, Madrid, 1983, p. 573.

Enquanto a história tradicional visa reconstruir, a partir do que os documentos “dizem”, um passado do qual estes emanam o que se mantém à espera de ser relevado, começa-se a criar uma nova história que se atribui, como tarefa fundamental, “não interpretar, nem tampouco determinar a veracidade (dos documentos), mas trabalhá-los desde seu interior e elaborá-los”.¹⁹ O que a História nova pretende é elaborar e dar estatuto a uma série de documentos em relação aos quais ela se constitui como história. Não se trata de tomar os documentos como se fossem instrumentos da memória, mas de construir a partir deles relações, unidades, conjuntos, séries.

“Em nossos dias, a História é a que transforma os documentos em monumentos e ali onde se tratava de reconhecer por seu esvaziamento o que havia sido, espalha uma massa de elementos que deverão ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, constituídos em conjuntos”.²⁰

Assim as velhas perguntas da história tendentes a estabelecer continuidades e nexos necessários se deslocam em função de outros interrogantes, por exemplo: Que critério de periodização adotar para essas histórias que podem ser traçadas por sobre as histórias repetidas dos governos e das guerras? E que tipo de séries instaurar, que relações estabelecer entre esta variedade de histórias que foram escassamente atendidas como é o caso da história da vida cotidiana, do exame, ou das minas de ouro?

Foucault observará que uma consequência dessa revisão do valor dos documentos é a mudança de estatuto teórico da noção da descontinuidade. Aquilo que a história clássica tratava de apagar e de reduzir, a fim de estabelecer continuidade, aquilo que aparecia como um obstáculo para a História passa ser agora um conceito operativo, fazendo parte, da análise histórica.

O modo como a História tradicional interrogou os documentos é solidário de uma filosofia realista das essências. Pretende saber ler e revelar o que esses documentos ocultam e ao mesmo tempo mostram, procura poder determinar a verdade e a falsidade dos mesmos com o fim de inscrevê-los no que Foucault chamou de uma história velada:

¹⁹ Foucault, Michel, “L'ARCHÉOLOGIE DU SAVIOR”, *op. cit.*, p. 14.

²⁰ Ibidem, p. 15.

“Uma descrição global condensa todos os fenômenos em torno de um centro único: princípio, significação, espírito, visão de mundo. Uma história geral espalharia, pelo contrário, o espaço da dispersão”.²¹

Uma história global é uma história única. Anterior mesmo ao documento, na qual este vem integrar-se como parte de um todo racional que o legitima. Foucault nega a existência de uma ordem subjacente aos acontecimentos. Para ele, não se trata de integrar os documentos na unicidade da história, mas de afirmar que as histórias de objetos determinados requerem periodizações particulares, isto é, que a história deve ser revelada. Não se trata de mostrar o real, mas sim construir séries, de traçar histórias singulares procurando seus pontos de encontro e dispersão.

Paralelamente a essa crítica a uma história universal e realista, Foucault formulará uma crítica à ideia de sujeito, à concepção antropológica que serve de suporte a essa ideia realista:

“Deve-se separar a história da imagem à qual esteve acomodada muito tempo e por meio da qual encontrava sua justificação antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para recobrar a transparência das lembranças”.²²

A História contínua tem seu correlato na afirmação de um sujeito fundador. Sustenta-se na esperança de que os sujeitos, a consciência histórica, poderá se apoderar do passado e restaurar seu poderio. Sustenta-se na afirmação do tempo como uma “tomada de consciência”. A História em sua forma clássica refere-se por inteiro à atividade sintetizadora de um sujeito, que é origem de todo devir e de toda a prática na medida em que encontra sua salvaguarda e garantia no poder da razão.

Retomando os descentramentos operados por Marx e por Nietzsche, Foucault explica seu projeto teórico como uma tentativa de “definir um modo de análise histórica liberado do tema antropológico”.²³ Para desatar as últimas sujeições antropológicas, precisa manifestar o modo como as mesmas foram formadas:

²¹ Ibidem, p. 20.

²² Ibidem, p. 14.

²³ Ibidem, p. 30.

“Em uma palavra, esta obra, como as que a precederam, não se inscreve no debate da estrutura: mas nesse campo em que se manifestam, se cruzam, se entrecruzam, e se especificam as questões sobre o ser humano, a consciência, a origem e o sujeito”.²⁴

Não nos deve surpreender que Foucault defina a tarefa por ele empreendida como uma análise do modo como nos constituímos como sujeitos.

Em 1971, numa homenagem a Hyppolite, Foucault enriquecerá esses conceitos críticos que na “Resposta ao Círculo de Epistemologia” e na Introdução à “Arqueologia do Saber ele dirigirá à História. Em Nietzsche, Genealogia e História” pretende dar conta de uma questão central inaugural da genealogia: como pode a História construir-se em uma análise genealógica? Valendo-se das críticas nietzschianas à História, dirá que a genealogia se opõe a toda História metafísica que pretenda edificar uma “meta-história” de sentidos ideais e de indefinidos teleológicos. Opõe-se, principalmente, à busca da origem como procura do já dado de antemão, como lugar onde residiria uma verdade anterior a todo conhecimento positivo. O saber genealógico opõe a busca da origem como busca da origem à análise dos acasos dos inícios históricos das coisas. No primeiro caso, opõem-se às continuidades históricas “removendo aquilo que parecia imóvel, fragmentando o que se supunha unido, mostrando a heterogeneidade do que se imaginava conforme a si mesmo”.²⁵ No segundo caso, opondo-se às explicações teleológicas do surgimento das coisas (como se o castigo tivesse sempre por destino dar o exemplo). Pretende dar conta do modo singular como inseriu uma aparição, da distribuição das forças, do plexo de circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis que permitiram a emergência de um objeto.

A genealogia introduz o devir e a força em que tudo aquilo que se supunha imortal: uma verdade eterna, uma alma que não morre, uma razão que atravessa a História, um sujeito que é plena consciência. O genealogista deverá atrever, ademais, a olhar em perspectiva, rejeitando a visão asceta do historiador, que se supõe porta-voz de um relato objetivo. Deverá se situar, ao contrário, em determinado ângulo a partir do qual ele se permitirá apreciar ou rejeitar, seguro de que ele está tomando partido.

²⁴ Ibidem, p. 31.

²⁵ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, La Genealogie, L’Histoire”. In “HOMMAGE A JEAN HYPOLITE”, Ed. PUF, Paris, 1973 #3.

O genealogista, a partir de uma perspectiva antirrealista, afirmará, perante a suprahistória, três usos antiplatônicos da História genealógica:

a) um uso de paródia, destruidor da realidade e opositor da História entendida como reconhecimento e memória;

b) um uso destruidor da identidade, que se opõe à História como reconstrutora de uma tradição, das raízes de nossa identidade. Opondo-lhes as descontinuidades, as forças que nos atravessam e as relações de poder nas quais estamos envolvidos.

c) um uso destruidor da verdade e sacrificador do sujeito do conhecimento. Trata-se de introduzir a paixão, “*a violência dos partidos tomados*”,²⁶ a vontade de saber perante a assepsia do historiador, amparado num conhecimento objetivo. A respeito deles, Nietzsche dirá:

Não posso suportar estas concupiscências eunucas da História, todos esses defensores radicais do ideal ascético, não posso suportar esses fatigados e debilitados que se escudam na sensatez e que aparentam objetividade.²⁷

Em “A poeira e a Nuvem”, Foucault reafirma sua postura antirrealista frente à História, dizendo:

Há que se desmitificar a instância global real como totalidade a ser restituída(...). Também há que se interrogar o princípio de que a única realidade à qual deveria tender a história é a própria sociedade. Um tipo de nacionalidade, uma maneira de pensar um programa, uma técnica, tudo isto é real desde que não seja a realidade mesma nem a sociedade.²⁸

Nesse sentido, ao nos referirmos ao antirrealismo de Foucault, pretendemos assinalar a sua distância a respeito daquelas posições teóricas que supõem uma única realidade histórica: universal e objetiva. Quando procura ao traçar a história de determinado objeto, Foucault não visa inscrevê-lo numa história global e objetiva, pretende, em troca, analisar

²⁶ Ibidem #7.

²⁷ Ibidem #6.

²⁸ FOUCAULT, Michel. “La Poussière Et Le Nuage”. In “L’IMPOSSIBLE PRISON” (Recherches sur le system e pénitentiaire au XIXe. Siècle reunites par Michelle Perrot); Editions Du Seuil, Paris, 1980, p. 34.

os acontecimentos na sua singularidade, sem referência a uma realidade histórica única, mas assinalando os processos reais e materiais que tornaram possível a emergência daquele objeto que o preocupa.

FAZENDO USO DA HISTÓRIA

A fim de responder à pergunta: o que significa para Foucault fazer um uso estritamente filosófico da História? Recorremos ao estudo foucaultiano empreendido em “Vigiar e Punir”.

O projeto empreendido neste texto não pretende fazer a descrição de um período histórico determinado, mas analisar um problema: porque, a partir de 1791, se substituem os múltiplos sistemas de castigo existentes por um que foi aceito sem dificuldade: encarceramento? E que elementos intervieram nesta apressada substituição? Não se trata de analisar um período histórico, não se levará adiante uma análise exaustiva de documentos, nem tampouco de uma distribuição cronológica de eventos. A tarefa que Foucault pretende empreender é outra. Seguirá outras regras de análise. Em função da colocação de um problema, deverá circunscrever a série daqueles elementos que conduzem à sua resolução. São esses elementos que nos permitam estabelecer o tipo de racionalidade pela qual determinado objeto, aqui a prisão, aparece em um momento e em um espaço como problemático.

A propósito da tarefa por ele empreendida em “Vigiar e Punir”, Foucault indaga:

Do que se trata nesse nascimento da prisão? Da sociedade francesa num período determinado? Não. Da delinquência nos séculos XVIII E XIX? Não. Das prisões em França de 1760 a 1840? Tampouco. De algo mais tênue: dz intenção reflexiva, do tipo de cálculo ‘ratio’ que foi posta em prática na reforma do sistema penal quando se decidiu introduzir nele, não sem modificações, a velha prática do encarceramento. Trata-se, em suma, de um capítulo na história da ‘Razão punitiva’. Por que a prisão e a reutilização do tão criticado encarceramento?²⁹

²⁹ Ibidem, p. 33.

O que se propõe analisar são as condições que tornaram aceitáveis, em momento determinado, a promoção de determinada prática, assim como a lógica própria dessa prática (trata-se aqui da prática punitiva), a qual distinguirá cuidadosamente de uma análise da instituição ou das ideologias que a suportam. Pretende mostrar à lógica própria, a estratégia, a razão de ser determinada prática. Mostrando o momento de sua emergência, ou mostrando como certo modo antigo de castigo.

...pode ser aceito como peça principal do sistema penal, até o ponto de parecer como uma peça absolutamente natural, evidente, indispensável. Trata-se de remover uma falsa evidência, de mostrar sua precariedade, de fazer aparecer não a sua arbitrariedade, mas sua vinculação com processos históricos múltiplos.³⁰

Dito isto, podemos voltar à pergunta que colocamos: que entender pela pretensão de fazer um uso filosófico da História? Por que a insistência em analisar os acontecimentos na “singularidade que lhes é própria”? Um conceito importante pode permitir-nos esclarecer essas interações: o conceito de “eventualização”.

Refletindo sobre a tarefa por ele empreendida até “Vigiar e Punir”, Foucault afirma que ele tentou trabalhar no sentido de uma “eventualização”. Considera que essa categoria é um procedimento de análise útil e, ao mesmo tempo, muito pouco apreciada pelos historiadores. Tentaremos esclarecer aqui essa categoria segundo três notas que lhe são essenciais:

a) *Uma ruptura de evidências*: permite fazer surgir singularidade ali onde poderia ler-se uma constante histórica, ou uma característica antropológica, ou uma evidência. Assim, não resulta de uma necessidade histórica o fato de que se encerrem os loucos em manicômio, mas trata-se, isto sim, de estratégias singulares que podem e devem ser isoladas no momento exato da sua emergência. Foucault destaca uma função teórica-política de eventualização como forma de análise: a ruptura com aquelas evidências sobre as quais se apoia nosso saber.

b) *Uma desmitificação causal*: permite encontrar as conexões, apoios, relações de força que em momento determinado formaram o que logo

³⁰ Ibidem, p. 43.

funcionou como evidência. Torna possível fazer uma análise do evento segundo os múltiplos processos que constituem. Substituindo a análise pelas relações causais e necessárias pela construção, em torno do evento, de um

polígono, ou melhor, de um poliedro de inteligibilidade cujo número de caras não está definido de antemão e que jamais pode ser considerado como totalmente acabado.³¹

c) *Opõe-se ao princípio de inteligibilidade histórica*, segundo o qual todo o objeto de análise pode referir-se a um mecanismo unificador, ou a uma estrutura profunda que seria unitária, necessária, inevitável, seja esta um mecanismo econômico, uma estrutura antropológica ou um referente metafísico. Enfim, permite opor, às necessidades, a multiplicação de linhas de análises, e, à pretendida análise meta-histórica o polimorfismo das relações de forças.

Falar em uso filosófico da história remete, então, à análise dos eventos (tomados como processos) em sua singularidade; implica estabelecer as relações múltiplas que podem ser trançadas em torno de um objeto com o fim de “desnaturalizá-lo”, analisando as configurações de saber-poder que o tornaram possível.

Foucault procura circunscrever regimes políticos de verdade: “voltar a situar o regime de produção do verdadeiro e do falso no centro da análise histórica e da crítica política”.³² Isto na medida em que, por produção de verdade, não se entende a produção de enunciados verdadeiros, mas, sim, a circunscrição daquilo que num momento histórico preciso pode entrar no jogo do verdadeiro e do falso. Esse jogo não é de modo algum independente das relações de força que o atravessam e o constituem.

Partindo, então, de um problema que, em linhas gerais, adota a forma de: quais foram as condições que tornaram possível a emergência de determinado objeto como naturalmente dado? Foucault tentará estabelecer o regime político de verdade em que este emerge. Para isto, rastreará, recorrendo à análise histórica as configurações de saber-poder, no conjunto de práticas discursivas e não-discursivas que possibilitaram esta “evidência”.

³¹ Ibidem, p. 45.

³² FOUCAULT, Michel. “LE SOUCI LA VERITE”, *opus cit.*, p. 18.

Mas atenção, não se trata de valer-se ali da História e dos historiadores, na medida em que não se pretende desvelá-la. O que Foucault procura é pôr em ato o chamado “sentido histórico”, levar adiante uma história livre de ataduras realistas e de referências antropológicas:

fazer a história da objetivação desses elementos que os historiadores consideram como dados objetivamente (a objetivação das objetividades, atrevo-me a dizer), é o tipo de círculo dentro do qual, não é cómodo sair... Problema de filosofia sem dúvida, ao qual todo o historiador tem o direito de permanecer indiferente.³³

E que o uso filosófico que Foucault faz da História tem uma meta a de permitir-nos pensar de um modo novo nosso presente “o filosófico usa a história para encontrar raízes materiais, diagnosticar, reformular, problematizar ou dissolver o que ele identifica como os problemas filosóficos do seu tempo e situação”.³⁴

Neste sentido, a tarefa de Foucault pode ser pensada como uma tentativa permanente de deslegitimar o presente valendo-se da História, como um esforço para transformar o que se supõe natural em algo problemático e não forçosamente necessário. Tal como afirma Paul Veyne, “a intuição inicial de Foucault (...) é a raridade, os fatos humanos são raros, não estão instalados na plenitude da razão (...) porque o que é poderia ser diferente”.³⁵

Em tal sentido, podemos dizer que a “eventualização” ou a problematização foucaultiana do presente, ao perguntar-se pelas condições de possibilidade do que nos é dado, se move na mesma direção em que nos faz a dedução transcendental kantiana em relação às categorias,³⁶ fazendo-o,

³³ FOUCAULT, Michel. “LA POUSSIÈRE ET LE NUCANCE”, *op. cit.*, p. 56.

³⁴ RAJCHMAN, John. *op. cit.*, p. 87.

³⁵ VEYNE, Paul. *op. cit.*, p. 35.

³⁶ Recordemos que, pela dedução metafísica das categorias, Kant procura estabelecer uma questão de fato (*quid facti?*): Quais são as categorias? Com a dedução transcendental, em troca, elas pretendiam resolver uma questão de direito (*quid júris?*): Pretendia legitimar o uso transcendental desses modos de predicação. Como afirma Deleuze: “(...) À questão de fato sucede uma questão mais elevada: a questão de direito, *quid júris?* Não basta constatar que, de fato, temos representado *a priori*. É necessário ainda que expliquemos por que e como essas representações se aplicam, necessariamente, à experiência, embora não deveriam dela” (GILLES 37 DELEUZE, “KANT”, Ed. F. Alves, janeiro, 1976, p. 27).

porém o faz sentido inverso. A última parte do que é o caso (os modos de predicação que de fato utilizamos, e que foram estabelecidos a partir da dedução metafísica) e tende a legitimá-lo em virtude de sua pretensa necessidade. A “eventualização”, ao contrário, parte do dado e tende a mostrar sua contingência, sua prescindência.

A tarefa de “eventualizar” conduz “a deixar de ser ingênuo e a compreender que o que é poderia não ser”,³⁷ fazem-nos ver que “o real está rodeado de uma zona indefinida de possíveis não realizados”.³⁸ Em suma, a tarefa de “eventualizar” tem a peculiaridade de desestimular qualquer atitude de estoica aceitação ante aquilo que o presente nos impõe. Aquilo que poderia muito bem deixar de ser.

Por fim, o problema teórico que motivou a maior parte dos textos de Foucault, foi o projeto de “eventualizar” aquilo que em momento histórico determinado se constituiu como objeto para o pensamento. É que para ele: “A História se converte na história do que os homens chamaram verdades e de suas lutas em torno dessas verdades”.³⁹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, Edit. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1988.
- DELEUZE, Gilles. “¿Em Que Se Reconoce El Estructuralismo?”. In **História de la filosofía** (dirigida por F. CHATELET) – trad. de C. Galvez – Espasa-Calpe, Madrid, 1983.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault** (trad. de J. V. Perez); Paidós, 1987.
- DELEUZE, Gilles, **Kant**; Ed. F. Alves, Rio de Janeiro, 1976.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo**, v. 1: campo do signo, Ed. Ensaio, São Paulo, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **O retorno da moral no dossiê organizado por C. H. Escobar**; Livraria Taurus Editora; Rio de Janeiro, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Pour quoi étudier le pouvoir: la question du sujet**, editado por H. Dreyfus e P. Rabinow, com o apêndice de: Michel Foucault: Um Parcours Philosophique”; Ed. Gallimard, Paris, 1984.

³⁷ DELEUZE, “KANT”, Ed. F. Alves, janeiro, 1976, p. 27.

³⁸ VEYNE, Paul. “O INVENTÁRIO DAS DIFERENÇAS”, Ed. Grandiva, Lisboa, 1989, p. 4. Ibidem #37.

³⁹ VEYNE, Paul. “Foucault revoluciona la Historia”; *op. cit.*, p. 226.

FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savior**; Ed. Gallimard, Paris, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Le souci de la verite**; Magazine Littéraire n. 207 (mai./1984).

FOUCAULT, Michel. **Les mots et les choses**; Ed. Gallimard, Paris, 1966.

FOUCAULT, Michel. **Le jeu de M. Foucault**, entrevista in ORNICAR, n. 10 (1977).

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, la genealogie, l'histoire**. In "HOMMAGE A JEAN HYPOLITE", Ed. PUF, Paris, 1971.

FOUCAULT Michel. **La poussière et le nuage**. In **L' IMPOSSIBLE PRISON (Recherches sur le system pénitenciaire au XIXe. Siècle reunites par Michelle Perrot)**; Editions Du Seuil, Paris, 1980.

RAJCHMAN, John. **Foucault, a liberdade da filosofia**; J. Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1987.

VEYNE, Paul. **Foucault revoluciona la história**; Ed. Alianza, Madri, 1894.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**; Ed. Gradiva, Lisboa, 1989.